

Lisboa, 1 de dezembro de 2018

## CONCLUSÕES GOPHARMA 2018

### SÍNTESE DAS PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DO GOPHARMA PARA AS FARMÁCIAS COMUNITÁRIAS

No seguimento da realização do GoPharma no dia 24 de novembro de 2018, evento que contou com a participação dos jovens farmacêuticos, quer através da participação efetiva no evento, quer através do acompanhamento da transmissão em direto realizada de todo o evento, vem a Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos partilhar as conclusões gerais sobre os quatro temas debatidos.

Uma das principais falhas apresentadas pelos farmacêuticos relativamente às farmácias comunitárias prende-se com a **pequena ou inexistente diferenciação dos farmacêuticos dentro das equipas que trabalham nas farmácias**. Esta falha leva a uma ação ineficiente que causa uma assimetria no acesso dos cidadãos aos serviços de saúde prestados pelas farmácias. Desta forma, é essencial que sejam tomadas medidas que permitam colmatar essa falha, nomeadamente as apresentadas em baixo.

- Melhorar as competências dos farmacêuticos através da formação contínua e consequente especialização por ramos de atividades e/ou especialidade: clínica, gestão, *marketing* e recursos humanos.
- Criação de um sistema de responsabilização mais eficiente, com a separação do papel científico e do papel relacionado com a gestão de negócio e dos recursos humanos. Neste sentido, é importante implementar diferentes níveis de atendimento, para permitir ajustar os recursos e conhecimento disponível às situações heterogéneas atualmente presentes na farmácia comunitária: aconselhamento em dermocosmética, dispensa de medicamentos não sujeitos a receita médica, dispensa de medicação para episódios de doença aguda, dispensa de medicação para doenças crónicas, primeira dispensa de medicação para doenças crónicas, entre outros. Todos estes exemplos representam desafios e exigências distintas que devem por isso ser forçosamente realizadas por profissionais com a especialização adequada.
- É urgente a criação do conceito de farmacêutico de família. De uma forma geral as vantagens da existência deste serviço foram amplamente provadas em vários países. Este tipo de assistência permite melhorar o acesso de todos os cidadãos aos cuidados de saúde, em especial em zonas de menor densidade populacional onde o acesso é mais condicionado, permitindo ainda que o farmacêutico tenha um papel mais ativo no acompanhamento dos doentes crónicos. Para além disso, contribui para a diferenciação dos farmacêuticos e uma desconexão destes do papel comercial das farmácias.
- É também essencial integrar nas farmácias serviços de valor acrescentado que permitam por um lado usufruir de toda a qualidade dos profissionais e da proximidade da rede, e por outro, aliviar as

restantes estruturas do Serviço Nacional de Saúde. (SNS). Para isso, propõe-se a transferência de algumas competências para o âmbito de atuação do farmacêutico:

- Renovação da prescrição de doentes crónicos: esta medida é essencial não só para garantir um melhor acompanhamento dos doentes crónicos, mas também para aliviar as estruturas do SNS onde esta renovação é feita atualmente, muitas vezes de forma pouco personalizada (unidades de saúde familiar, unidade de cuidados saúde personalizados e Hospitais);
- Acompanhamento ao doente crónico com implementação de consultas periódicas com farmacêuticos que tenham essa responsabilidade e especialização evitando assim duplicação medicamentosa e interações e contribuindo para um controlo da doença mais eficiente;
- Integração dos farmacêuticos em equipas multidisciplinares com um papel ativo e uma atuação centrada na comunidade através de equipas multidisciplinares que incluam também enfermeiros, assistentes sociais, médicos e outros para promoção da saúde pública e prevenção da doença.

As farmácias comunitárias de Portugal são das mais bem-conceituadas na Europa e estudos recentes apontam que 96% dos portugueses estão satisfeitos com o serviço prestado pela sua farmácia. É inegável o contributo dos farmacêuticos para essa satisfação, tanto mais que a “competência dos profissionais” é o fator mais vezes referido. Tendo em conta este contexto, é preocupante o recente e crescente desinteresse dos jovens farmacêuticos pelo trabalho nas farmácias. Assim, no âmbito do GoPharma a Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos apresenta aquelas que são as **dez razões que afastam os farmacêuticos das farmácias** e que esperamos poderem vir a ser solucionadas no curto prazo de maneira a garantir o bom serviço prestado pelas farmácias no longo prazo.

1. Remuneração: é essencial que a remuneração dos farmacêuticos seja o reflexo das funções de responsabilidade que assumem. Para além disso, os horários extensos, que muitas vezes abrangem o dia de descanso semanal obrigatório, devem ser acompanhados de uma remuneração justa e adequada.
2. Horários: fruto do horário alargado das farmácias, os farmacêuticos são sujeitos a uma carga horária muito elevada e desajustada do quotidiano. Para além disso, a falta de organização e planeamento atempado dos horários levam a uma grande imprevisibilidade que em muitos casos prejudica a sua qualidade de vida.
3. Falta de valorização pessoal e profissional: a falta de valorização por parte das entidades patronais e a falta de uma diferenciação clara e objetiva dentro das equipas que trabalham na farmácia são muitas vezes causa de desmotivação.
4. Falta de distinção entre farmacêuticos e outros profissionais: tal como mencionado anteriormente, a diferenciação de situações e sobreposição de funções são por um lado fonte de desmotivação, e por outro representam um subaproveitamento de recursos altamente especializados.
5. Pressão para disposições demasiado comerciais: as farmácias são espaços de saúde que não podem descurar o carácter comercial. No entanto, o modelo de negócio atual alicerçado em margens baseadas sobretudo na venda de medicamentos e produtos de saúde é obsoleto. Neste sentido, é

essencial reforçar os modelos de financiamento das farmácias que coloquem o farmacêutico no centro da atuação, nomeadamente a remuneração do ato farmacêutico.

6. Fiscalização insuficiente: a dispensa de medicamentos, em especial os sujeitos a receita médica, obedece a um conjunto de regras exigentes; assim a fiscalização por parte das entidades competentes (nomeadamente o INFARMED, I.P.) é essencial para garantir o cumprimento de todas as regras independentemente dos locais de dispensa. Neste sentido, para manter a competição leal entre as diferentes entidades é necessário promover mais fiscalizações para garantir que apenas os profissionais devidamente qualificados executam as tarefas que lhe competem.
7. Falta de liderança adequada: em regra geral as farmácias são microempresas e, como tal, apresentam desafios de gestão e liderança muito particulares. Assim, para manter os funcionários e nomeadamente os farmacêuticos motivados é essencial que os gestores recebam a formação adequada que permita o desenvolvimento de competências de liderança.
8. Estágios curriculares e profissionais: geralmente os estágios, sejam eles curriculares ou extracurriculares, são a primeira oportunidade para os estudantes farmacêuticos tomarem contacto com a profissão. Assim, é essencial que estes sejam feitos com um carácter profissional e adequado. Neste sentido é essencial que as faculdades primam por uma melhor gestão e acompanhamento deste processo, e também que as farmácias vejam os estágios como uma função de maior responsabilidade.
9. Ideia negativa preconcebida: atualmente existe a ideia de falta de progressão e condições de trabalho menos vantajosas nas farmácias face a outras áreas profissionais. Neste sentido, é essencial desenvolver trabalho no sentido de tornar esta área mais atrativa para os jovens.
10. Stress no trabalho: por ser um trabalho que envolve contacto com os utentes está sujeita a um grande stress; quando associado a pequenos intervalos de descanso e remunerações desajustadas a essa realidade, o stress acaba por ser uma das principais causas de desmotivação dos profissionais.

O setor das farmácias comunitárias é um dos poucos que ainda está sujeito a limitações à abertura de novos espaços. De uma forma geral, em vários países da Europa ao longo dos últimos anos tem-se observado um gradual aumento da liberalização deste sector. Embora a maioria dos estudos apontem para uma melhoria no acesso ao medicamento, a liberalização aparenta ter também o custo de favorecer a abertura de novas farmácias em zonas urbanas em detrimento de zonas com menor densidade populacional. Sendo este um cenário real os jovens farmacêuticos discutiram **o regime de propriedade da farmácia, quais as barreiras para os jovens farmacêuticos, e as questões relacionadas com a liberalização.**

De uma forma geral os jovens farmacêuticos consideram que as últimas alterações legislativas, nomeadamente a do aumento do limite do número de farmácias por proprietário, não tiveram um efeito negativo. No entanto, é evidente que a existência de donos de farmácias não farmacêuticos causa diversas vezes conflitos entre a ética deontológica dos farmacêuticos como profissão liberal e os proprietários das farmácias. Os jovens farmacêuticos reconhecem também uma barreira à propriedade de farmácias fruto da atual legislação e em especial do procedimento concursal que não favorece o rigor técnico e impacto social das candidaturas. Para além disso, o baixo número de alvarás faz com que a opção de abrir uma nova farmácia seja praticamente inexistente em várias zonas do país.

Assim, os jovens farmacêuticos consideram que novas alterações às regras de liberalização do sector podem ser positivas. A descentralização do poder decisório dos critérios demográficos e geográficos que

condicionam a abertura de uma farmácia poderá favorecer positivamente abertura de novas farmácias, sempre que tal se justificar de acordo com a realidade e necessidades da população local, podendo ser aberta a discussão sobre a emissão de mais alvarás e reflexão sobre os limites de captação e distâncias mínimas. Adicionalmente, um maior papel ativo do poder local em zonas rurais (municípios) na definição das regras para obtenção de novos alvarás poderá contrariar a possível tendência de deslocalização de farmácias para zonas do concelho com maior densidade populacional. Os jovens farmacêuticos veem ainda a necessidade de uma alteração no processo concursal de atribuição de um novo alvará, primando pela seleção da proposta com maior valor acrescentado para a sociedade, em detrimento do critério atual de baseado numa seleção aleatória.

Por último, os jovens farmacêuticos discutiram ainda a **lista de medicamentos não sujeitos a receita médica de dispensa exclusiva em farmácia** (MNSRM-EF). A primeira conclusão é que a denominação desta lista deverá ser urgentemente revista para medicamentos não sujeitos a receita médica de dispensa exclusiva pelo farmacêutico uma vez que, independentemente do local onde sejam dispensados, a garantia de segurança e eficácia na dispensa de medicamentos apenas é garantida se feita por um farmacêutico.

Importa ainda refletir sobre a possibilidade da comparticipação de alguns medicamentos e dispositivos médicos (desde que devidamente prescritos por um farmacêutico). Esta comparticipação é justificada pela possibilidade de resolução de problemas menores que têm como benefício a redução do fluxo de utentes aos restantes canais do SNS, nomeadamente dos cuidados de saúde primários.

Para além disso, é urgente aumentar esta lista para que inclua outros medicamentos, em especial nas seguintes áreas terapêuticas:

- Infecções do trato urinário, respiratórias, da cavidade orofaríngea e outras infeções parasitológicas e micológicas;
- Contraceção oral de emergência;
- Afecções do foro oftalmológico e auditivo;
- Doenças metabólicas e cardiometabólicas (nomeadamente diabetes, dislipidemias e hipertensão).

## Conclusão

As ideias apresentadas neste documento foram elaboradas por quatro *focus groups* que discutiram os temas explanados. As conclusões serão agora apresentadas aos diversos atores e entidades do setor nomeadamente, o INFARMED, I.P., o Ministério da Saúde, a Ordem dos Farmacêuticos, o Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, as entidades patronais e grupos de farmácias existentes em Portugal, entre outros.

A direção da Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos vem uma vez mais agradecer a participação de todos neste evento. Acreditamos que este é o passo que permitirá encontrar pontes para construir soluções que preservem a estabilidade e o futuro do nosso setor. Ao assegurarmos o futuro dos jovens asseguraremos o futuro da profissão farmacêutica.

Pe' A Direção da Associação Portuguesa de Jovens Farmacêuticos



(João Tiago Teixeira)